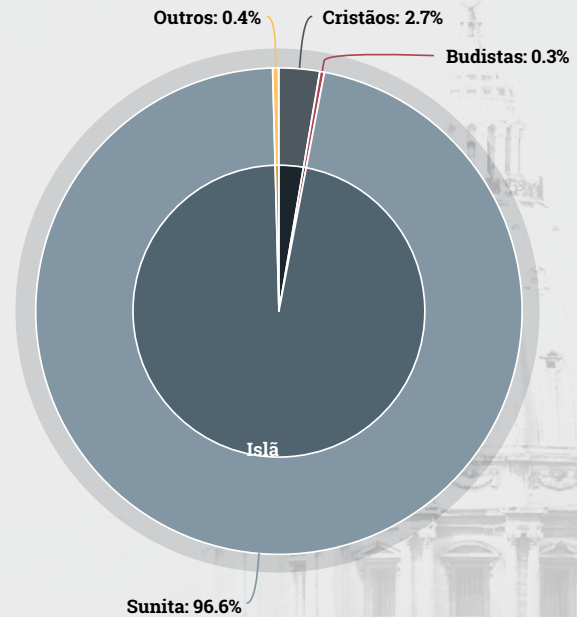
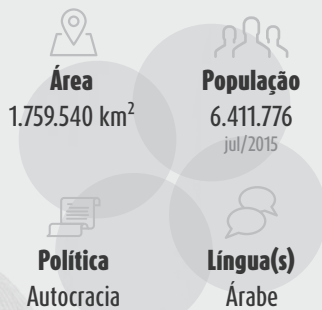


Líbia



Desde a queda do regime de Muammar Kadafi em 2011, a Líbia está numa situação confusa. Após as eleições em junho de 2014, a violência irrompeu entre o Congresso Geral Nacional sediado em Trípoli e o Governo do primeiro-ministro Abdullah al-Thinni, reconhecido internacionalmente, sediado na cidade oriental de Tobruk. Os combates entre as milícias continuaram ao longo de 2014 e 2015. Depois de conversações de paz lideradas pela ONU, as administrações rivais assinaram um acordo em dezembro de 2015 para formar um Governo interino unificado. Segundo o acordo, um conselho presidencial com nove membros, encabeçado pelo primeiro-ministro Fayez Sarraj e um “Governo de Acordo Nacional” interino, será formado para renovar as instituições públicas e realizar eleições no prazo de dois anos. A administração em Trípoli aceitou o Governo de unidade em janeiro de 2016. O Governo sediado em Tobruk recusa-se a reconhecer o Governo de unidade reconhecido internacionalmente. Grupos extremistas violentos e organizações terroristas, incluindo o grupo autodenominado Estado Islâmico (EI), usaram o vazio de poder e a inércia do Governo para expandir a sua influência na Líbia. De acordo com a agência da ONU para os refugiados, ACNUR, o número de deslocados internos quase duplicou de setembro de 2014 a junho de 2015, devido ao aumento dos combates.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Líbia tem sido governada desde 2011 de acordo com os princípios da Declaração Constitucional Interina promulgada em 3 de agosto de 2011 pelo Conselho Nacional de Transição (NTC). Esta declaração afirma que o Islã é a religião do Estado e que a lei islâmica da sharia deve ser a principal fonte legislativa (artigo 1º). Ao mesmo tempo, garante aos não muçulmanos a liberdade de praticarem a sua religião. O artigo 6º promove a igualdade entre todos os Líbios perante a lei. A Constituição temporária proíbe qualquer forma de discriminação com base na religião ou seita. Esta proteção constitucional da liberdade religiosa é a primeira deste tipo no país desde 1969.

Os combates contínuos entre governos rivais restringiram a aplicação eficaz da lei. De acordo com o relatório de direitos humanos do Departamento de Estado Norte-Americano de 2015, nem a proibição nem as punições são aplicadas, afirmando-se que ocorreu todo o tipo de discriminação.^[1] Além disso, as forças no poder não impediram os grupos extremistas de atacarem minorias e lugares religiosos e de imporem

[1] <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm?year=2015&dliid=252937>

os seus próprios padrões religiosos.^[2] As leis anteriores à revolução que restringiam a liberdade religiosa ainda estão em vigor. Insultar o Islã ou o profeta Maomé e “instigar divisões” é punível com a pena máxima de morte.

As organizações de direitos humanos relatam crimes de guerra, tortura e crueldades contra os migrantes e os refugiados na Líbia, citando raptos, violência e abuso sexual. Também relatam violência específica de grupos islâmicos contra cristãos, em especial os cristãos coptas, que são raptados e mortos por extremistas islâmicos filiados ao EI.

A educação religiosa islâmica é obrigatória nas escolas públicas e nas instituições de educação privadas. Não são disponibilizadas outras formas de educação religiosa. Existem vários lugares de culto não islâmicos no país, incluindo católicos, ortodoxos russos, gregos e ucranianos, evangélicos e seguidores da Igreja da Unidade. Os cristãos incluem sobretudo filipinos e africanos de vários países. A maior parte da população judaica abandonou o país entre 1948 e 1967. Algumas famílias judaicas permaneceram, mas não estão disponíveis estimativas populacionais a este respeito. Os não muçulmanos têm restrições no seu direito de culto e há restrições para a vinda de clero de países estrangeiros e para a procura de vistos e autorizações de residência de um ano.

A Igreja Católica está presente em várias partes da Líbia através de três Administrações Apostólicas e uma Prefeitura Apostólica. Em fevereiro de 2016, o Papa Francisco nomeou o Bispo George Bugeja OFM como Administrador Apostólico de Bengasi, aceitando o pedido de reforma do Bispo Sylvester Carmel Magro. De acordo com o Bispo Bugeja, que falou à ACN, a Igreja Católica não tem dificuldade em celebrar as suas liturgias, desde que o faça dentro da igreja e entre estrangeiros. Ao mesmo tempo, o bispo descreve a Igreja Católica como muito limitada a nível pastoral, como consequência da situação de segurança em Bengasi e Seba, e da situação financeira difícil, com os principais benfeitores abandonando o país.

No que diz respeito aos muçulmanos, o Ministério da Awqaf e dos Assuntos Islâmicos, uma organização islâmica pan-africana quase de caridade, tem autoridade sobre as mesquitas, supervisiona o clero e garante que as práticas religiosas estão de acordo com os regulamentos governamentais.^[3] Esta mesma entidade disponibiliza aos imãs os textos para os seus sermões, que muitas vezes contêm assuntos de natureza política e social.

Os observadores dizem que o conflito em curso está tendo um impacto negativo na liberdade de expressão e na liberdade de imprensa. A Declaração Constitucional temporária prevê essa liberdade, mas o Governo limita o exercício desses direitos. Segundo o Departamento de Estado Norte-Americano, a autocensura como consequência das ameaças

à comunicação está presente em todos os setores da comunicação social. Os ataques à comunicação social, que incluem raptos, violência e assassinatos, tornaram-se mais graves e mais generalizados. A liberdade de imprensa diminuiu no período em análise. No *World Press Freedom Index* [Índice Mundial da Liberdade de Imprensa] de 2016, a Líbia perdeu dez lugares quando comparada com 2015, e agora encontra-se no 164.º lugar, num total de 180 países.^[4]

INCIDENTES

Segundo o Bispo Bugeja, em outubro de 2014, o Bispo Magro e os seus sacerdotes tiveram que abandonar as instalações da igreja em Bengasi e a própria igreja foi danificada. Bugeja afirmou igualmente que, antes da área ter sido tomada pelos militares, era uma zona de guerra, com a presença da organização Ansar al-Sharia, e que ninguém podia entrar nela. Há ainda dois franciscanos no vicariato, um em Beida e, o outro vivendo no hospital pediátrico. A capela do hospital é usada para a Missa e outros serviços religiosos.

Em dezembro de 2014, atiradores desconhecidos mataram três cristãos coptas egípcios na cidade de Sirte.^[5] Em fevereiro de 2015, foi publicado *online* um vídeo que exibia a decapitação de vinte e um coptas egípcios numa praia. Grupos filiados ao EI em Trípoli reivindicaram a responsabilidade pelas mortes. Outro vídeo publicado em abril exibiu a morte de cerca de trinta cristãos etíopes. Uma vez mais, o EI reivindicou a responsabilidade.^[6] Em junho de 2015, oitenta e seis cristãos eritreus foram raptados depois de serem interrogados por membros do EI.^[7] Os militantes islamitas também reivindicaram a responsabilidade pelo rapto de três cristãos africanos perto da cidade de Sirte em julho de 2015.^[8]

O Bispo Bugeja relatou incidentes de segurança na região de Seba, onde a Igreja Católica está presente com uma comunidade africana de cinco postos exteriores sendo geridos por seis catequistas. O sacerdote que serve a comunidade foi alvejado numa ocasião e em outro momento o seu carro foi roubado e abandonado no deserto.

Lugares muçulmanos e islâmicos têm igualmente sido alvo de ataques por extremistas. Em outubro de 2014, várias mesquitas históricas em Trípoli foram atacadas. No mesmo mês, a Madrassa Sufi Othman Pasha foi vandalizada. De acordo com o Relatório da Liberdade Religiosa do Departamento de Estado Norte-Americano, o vandalismo contra lugares sufis, e as ameaças de muçulmanos sunitas extremistas contra

[2] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dliid=238468>

[3] <http://www.state.gov/documents/organization/193109.pdf>

[4] <http://rsf.org/en/taxonomy/term/165>; <https://freedomhouse.org/report/freedom-press/2015/libya>

[5] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dliid=238468>

[6] <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm?year=2015&dliid=252937>

[7] <https://www.opendoorsuk.org/persecution/documents/ww-report-160113.pdf>

[8] <http://www.reuters.com/article/us-libya-security-idUSKCN0PS0T120150719>

muçulmanos sufis, continuaram ao longo do ano.^[9] Grupos extremistas violentos tomaram o controle das cidades de Derna e Sirte, impondo as suas visões restritas das práticas islâmicas aos muçulmanos sunitas.

O EI matou um imã local em Sirte por este se recusar a entregar o controle da sua mesquita. Mais pessoas foram mortas pelo EI no levantamento que se seguiu em Sirte.^[10] Em novembro de 2015, o Governo sediado em Tobruk alegadamente retirou o Grande Mufti Sadiq al-Gharyani da sua posição e transferiu toda a autoridade para o Ministério das Doações e dos Assuntos Islâmicos, apesar da ilegalidade do voto não ser clara.^[11]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

A liberdade religiosa, teoricamente garantida pela Constituição temporária, é limitada na prática e tem vindo deteriorando-se no período em análise. A proibição efetiva do proselitismo e as graves penas que podem seguir-se são uma grande preocupação. Tem havido um aumento dos assassinatos de minorias religiosas, sobretudo cristãos e, ligado a isso, as organizações islâmicas extremistas ganharam influência. Como consequência da rivalidade política e da falta de um governo unificado, as organizações extremistas, incluindo o EI, estão expandindo-se e estão de fato a controlar grandes partes do país. Ataques violentos a muçulmanos sufis e aos seus lugares sagrados continuaram ao longo do período em análise.

[9] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dliid=238468>

[10] <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm?year=2015&dliid=252937>

[11] <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm?year=2015&dliid=252937>